

Dossiê

Alimentação Escolar e agrotóxicos

Greenpeace aponta altos níveis de contaminação por agrotóxicos em alimentos de fornecedor de alimentação escolar da rede municipal do Rio de Janeiro. 60% das amostras apresentaram resíduos de pesticida (incluindo o tradicional arroz com feijão) e 45% do total testado estava fora da conformidade com a legislação. Houve casos de resíduos agrotóxicos ilegais no Brasil, ilegais para a cultura específica e acima dos limites máximos estipulados por lei.

[Veja aqui o resultado completo do teste](#) e abaixo um resumo dos principais dados:

Testes de resíduos de agrotóxico em alimentos

- O Greenpeace testou 40 kg de alimentos fornecidos por **uma** das **seis** empresas com contratos vigentes na prefeitura do Rio de Janeiro (Fonte: Rio Transparente, clicar [aqui](#));
 - A empresa é a Agrigel Comércio Ltda., e fornece para a Sétima e Décima Primeira Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). A Sétima CRE atende 164 escolas, em 16 bairros, e a Décima Primeira CRE atende 17 escolas em oito bairros (Fonte: [PortalGeo.Rio](#));
 - O Greenpeace realizou a compra de alimentos diretamente da empresa. [A nota fiscal pode ser visualizada aqui](#);
- Estes 40 kg foram divididos em 20 amostras de 2 kg cada, num total de 11 variedades de alimentos testados - todos presentes no cardápio da alimentação escolar do Rio de Janeiro, disponível [aqui](#);
- Os testes foram realizados no Laboratório de Resíduos de Pesticidas (LRP) do [Instituto Biológico de São Paulo](#), ligado ao governo do Estado. Os certificados de cada teste podem ser enviados se necessário;
- Os resultados apontaram para um mix de problemas relacionados a agrotóxicos nos alimentos:
 - Um total de 12 das 20 amostras (60%) tiveram resíduos de agrotóxicos detectados, incluindo o arroz e o feijão carioca;
 - Das 20 amostras, nove (45%) contiveram algum tipo de irregularidade;
 - As duas amostras de couve (10% do total testado) revelaram a presença de **metamidofós**, agrotóxico proibido pela legislação brasileira¹;
 - Em sete outras amostras (35% do total testado) foram encontrados agrotóxicos não permitidos para aquela cultura específica. Por exemplo, o ingrediente ativo **benfuracarbe** é permitido para as culturas do algodão, arroz, batata, cana-de-açúcar, milho e tomate **apenas**, ou seja, não é permitido para as culturas do feijão carioca, pimentão ou pepino (conforme

¹ Ver monografia excluída ANVISA: <http://bit.ly/2dSKsv0>

foi encontrado nos testes do Greenpeace) por falta de estudos sobre seu uso nestas culturas;

- Em quatro das amostras (20% do total testado) foram encontrados agrotóxicos acima do Limite Máximo de Resíduos permitido (LMR);
- Em sete amostras (35% do total) foram encontrados resíduos de dois ou mais agrotóxicos. Nas amostras de pimentão amarelo, foram detectados sete agrotóxicos diferentes. Esta informação é importante por conta do chamado “efeito coquetel”, impacto pouco estudado do acúmulo de agrotóxicos diferentes em uma mesma cultura.

Pesquisa IBOPE de opinião dos brasileiros sobre agrotóxicos e merenda

Em setembro, o Greenpeace divulgou pesquisa de opinião do IBOPE que apontava a percepção dos brasileiros sobre agrotóxicos nos alimentos e a valorização de políticas de compra de alimentos sem agrotóxicos. Os resultados completos podem ser acessados [aqui](#), e estão sintetizados abaixo:

- 81% dos brasileiros têm percepção de que carga de agrotóxicos aplicada nas lavouras é “alta” ou “muito alta”;
- 82% dos brasileiros creem ser “muito importante” um político apresentar propostas para merenda escolar sem agrotóxicos na rede pública de ensino;
- 59% dos entrevistados disseram que o fato de um político ter como prioridade a introdução de alimentos sem agrotóxicos na merenda escolar faria o entrevistado ter uma imagem mais positiva desse político;
- Em ambas as perguntas, não houve grandes contrastes entre regiões do Brasil, faixas etárias ou de renda, gênero, raça/cor e religião;
 - Apesar disso, a qualificação de “muito importante” para propostas de merenda escolar sem agrotóxico na rede pública é maior para quem ganha mais de cinco salários mínimos (88%) do que para quem ganha até um salário mínimo (77%);
 - Além disso, a percepção de que o nível de agrotóxico é “alto” ou “muito alto” é maior no interior (82%) se comparado às capitais (79%), e em cidades de até 50 mil habitantes (83%) do que em cidades com mais de 500 mil habitantes (79%);

Quantidade de merenda servida na rede municipal de ensino:

Estimativa com base nos dados [Censo Escolar 2015](#)

- Brasil: aproximadamente 8 bilhões por ano
- Estado do Rio de Janeiro: aproximadamente 1.064.337.480 por ano
- Cidade do Rio de Janeiro: aproximadamente 224.775.000 por ano

Merendas orgânicas

SÃO PAULO | Rua Fradique Coutinho, 352 | Pinheiros | CEP 05416-000 | São Paulo/SP - Brasil | Tel.: +55 11 3035 1155 | Fax: +55 11 3035 1188

MANAUS | Av. Joaquim Nabuco, 2367 | Centro | CEP 69020-031 | Manaus/AM - Brasil | Tel.: +55 92 4009 8000 | Fax: +55 92 4009 8004

BRASÍLIA | CLN 303 - Bloco C - Lojas 101, 102, 103 | CEP 70735-530 | Brasília/DF - Brasil | Tel.: +55 61 3327 3057



- O relatório do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2013-2014) aponta que apenas 3% do recurso do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram usados para compra de orgânicos nas escolas públicas brasileiras;
- Somente duas capitais brasileiras tem política de **transição** para merenda escolar orgânica:

São Paulo:

- Alimentos orgânicos são fornecidos, sobretudo, por agricultores familiares, dentro da lei [11.947/2009](#), que define em seu Art. 14 que “*do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.*”
- Segundo os dados mais atuais disponíveis no [site do FNDE](#) (acessado em 21/09/2016), a prefeitura de São Paulo, no ano de 2014, investiu R\$ 8.519.196,10 na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar; **8,99%** dos recursos totais.

Porto Alegre:

- A capital do Rio Grande do Sul foi a segunda do Brasil a sancionar uma Lei que obriga o Executivo Municipal a adquirir produtos orgânicos para serem incluídos no cardápio da merenda escolar dos estabelecimentos da rede municipal de ensino, em outubro de 2016 ([Lei 12125/2016](#)).

- **A prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2014, investiu 0% dos recursos totais de R\$ 55.114.934,40 na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar;**
- No mesmo ano as prefeituras de Belo Horizonte e Porto Alegre, compraram perto da meta dos 30%;
 - Belo Horizonte investiu, em 2014, R\$ 6.318.152,34 na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar; **29,72%** dos recursos totais;
 - Antes de sancionar [Lei 12125/2016](#) Porto Alegre investiu, em 2014, R\$ 2.914.301,62 na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar; **35,96%** dos recursos totais.

Para saber mais, fale com a gente!

SÃO PAULO | Rua Fradique Coutinho, 352 | Pinheiros | CEP 05416-000 | São Paulo/SP - Brasil | Tel.: +55 11 3035 1155 | Fax: +55 11 3035 1188
MANAUS | Av. Joaquim Nabuco, 2367 | Centro | CEP 69020-031 | Manaus/AM - Brasil | Tel.: +55 92 4009 8000 | Fax: +55 92 4009 8004
BRASÍLIA | CLN 303 - Bloco C - Lojas 101, 102, 103 | CEP 70735-530 | Brasília/DF - Brasil | Tel.: +55 61 3327 3057

